Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

28 de Abril de 2006. — A Juíza de Direito, *Helena Maria de Castro Almeida Tavares Marques Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Amparo Celas*. 3000209369

3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Anúncio

Processo n.º 1471/05.4TBSTR-A.
Incidente de qualificação da insolvência (CIRE).
Administrador da insolvência — Abel dos Santos Prado.
Requerida — J L Cardoso Júnior e Filhos, L.ª

Nos autos acima identificados, correm éditos de 30 dias, contados da data da segunda e última publicação do anúncio, citando a requerida J L Cardoso Júnior e Filhos, L.ª, com domicílio na Quinta do Mocho, Zona Industrial, 2000-000 Santarém, com última residência conhecida na morada indicada, para, no prazo de 15 dias, se opor, querendo, àquela classificação — n.º 5 do artigo 188.º do CIRE.

Com a oposição deverá oferecer todos os meios de prova de que disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites no artigo 789.º do CPC.

O duplicado da petição inicial encontra-se nesta Secretaria, à disposição do citando.

Fica advertido de que é obrigatória a constituição de mandatário judicial.

25 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, em substituição do titular que se encontra de férias, *Maria de Jesus Pereira*. — A Oficial de Justiça, *Maria José Leite*. 1000304961

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio

Processo n.º 105/06.4TYVNG.
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
Requerente — Abílio Rodrigues Peixoto & Filhos, S. A.
Insolvente — Totalobra — Sociedade de Construções, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados

A juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia faz saber que nos autos de insolvência acima identificados, no Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia, 1.º Juízo de Vila Nova de Gaia, no dia 26 de Julho de 2006, pelas 10 horas e 52 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Totalobra — Sociedade de Construções, L.ª, com sede na Rua de Camilo Castelo Branco, 97, Águas Santas, 4470-000 Maia, com sede na morada indicada.

É administrador da devedora Valdir Augusto Lopes Soeiro, com domicílio na Rua de Fernão de Magalhães, 549, 1.º, Porto, 4300-000 Porto, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Edgar Nuno Bernardo, com domicílio na Alameda de D. Pedro V, 79, S/I, sala E, 4400-115 Vila Nova de Gaia.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 2 de Outubro, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

26 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Loureiro*. — A Oficial de Justiça, *Lucinda Cirne Patacas*. 1000304949

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio

Processo n.º 643/04.3TYVNG.
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
Credor — Estamparia Têxtil Adalberto Pinto Silva, S. A.
Insolvente — Mess — Empreendimentos Têxteis, L.ª, e outro(s).

Encerramento de processo

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Mess — Empreendimentos Têxteis, L.^{da}, número de identificação fiscal 503962929, com endereço na Rua do Dr. Joaquim Morais Júnior, 108-116-120, Zona Industrial de Serzedo, 4405-445 Vila Nova de Gaia.

Administradora de insolvência: Dr.ª Cecília de Sousa Rocha e Rua, com endereço na Rua de Oliveira Monteiro, 284, Porto, 4050-439 Porto.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa falida (artigo 232.º, n.ºs 1 e 2, do CIRE).

Efeitos do encerramento são os previstos no artigo 233.º do CIRE.

23 de Maio de 2006. — O Juiz de Direito, *Paulo Fernando Dias Silva*. — A Oficial de Justiça, *Maria João Monteiro Santos*.

3000209376

ORGANISMOS AUTÓNOMOS

UNIVERSIDADE DO ALGARVE**Contrato (extracto)**

Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 9 de Junho de 2006:

Hugo Emanuel dos Reis Sales da Cruz Pinto — autorizado o contrato a termo certo, por um período de cinco meses, a partir de 9 de Junho de 2006, com funções equivalentes a técnico superior, para executar actividades precisas no âmbito do Projecto TransINOV, auferindo a remuneração mensal ilíquida de 2500 euros, acrescida de subsídio de refeição.

29 de Junho de 2006. — O Administrador, *Fernando Martins dos Santos*.

3000210720

Contrato (extracto)

Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 9 de Junho de 2006:

Luís Tiago Ferreira Romero Magalhães — autorizado o contrato a termo certo por um período de seis meses, a partir de 9 de Junho de 2006, para exercer funções equivalentes a técnico superior no âmbito do Projecto TransINOV, auferindo a remuneração mensal ilíquida de 2500 euros, acrescida de subsídio de refeição.

29 de Junho de 2006. — O Administrador, *Fernando Martins dos Santos*.

3000210721

Contrato (extracto)

Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 9 de Junho de 2006:

Luís Manuel Patrocínio Rodrigues — autorizado o contrato a termo certo por um período de um ano, a partir de 9 de Junho de 2006, para exercer funções equivalentes a técnico superior no âmbito do Projecto TransferTECH — Iniciativa OTIC, auferindo a remuneração mensal ilíquida de 1375 euros, acrescida de subsídio de refeição.

29 de Junho de 2006. — O Administrador, *Fernando Martins dos Santos*.

3000210722

Contrato (extracto)

Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 30 de Maio de 2006:

Pedro Miguel Cavaco Lucas — autorizado o contrato a termo certo, ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do artigo 129.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, para exercer funções correspondentes a assistente

administrativo, com início a 1 de Junho de 2006, por um período de seis meses, podendo o mesmo ser renovado até ao limite de um ano, auferindo a remuneração mensal ilíquida equivalente ao índice 199 do Estatuto Remuneratório dos Funcionários e Agentes da Administração Pública.

8 de Junho de 2006. — O Administrador, *Fernando Martins dos Santos*.

3000210019

Contrato (extracto)

Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 30 de Junho de 2006:

Ana Natália Alves de Sena — autorizada a renovação do contrato a termo certo para exercer funções correspondentes a técnico superior na Universidade do Algarve, por um ano, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

5 de Julho de 2006. — O Administrador, *Fernando Martins dos Santos*.

3000211081

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**Faculdade de Ciências Médicas****Despacho (extracto)**

Por despachos de 1 de Junho de 2006 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Licenciada Ana Sofia Marques de Sousa Mendes Tavares — autorizado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, com a categoria correspondente a técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2006, por um ano, renovável nos termos da lei.

Licenciada Clara de Almeida Farracho — autorizado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, com a categoria correspondente a técnica de 2.ª classe, da carreira técnica, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2006, por um ano, renovável nos termos da lei.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Junho de 2006. — O Director da Faculdade, *António Bensabat Rendas*.

3000210776

UNIVERSIDADE DO PORTO**Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar****Despacho**

Atendendo ao bom desempenho profissional da licenciada Marisa Carla Reis Marques Correia de Sousa e em virtude de se manter vigente o motivo que originou a celebração do contrato de trabalho a termo certo, determino que o mesmo seja renovado por igual período, com início em 1 de Agosto de 2006.

20 de Julho de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Sousa Pereira*.

3000212453

AUTARQUIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA**Aviso****Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de serralheiro civil**

Torna-se público que, por meu despacho datado de 27 de Julho de 2006, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na sua actual redacção, nomeei, provisoriamente, na categoria de serralheiro civil, o único candi-